

Trata-se de recurso de candidato, contestando a resposta contida no gabarito oficial, da questão de número 30, da prova de Direito Penal. Resposta do gabarito oficial: "D". Resposta do candidato recorrente: "B"

A questão foi formulada nos seguintes termos:

**30. Sobre as fontes do Direito Penal, a interpretação da Lei Penal, bem como seu âmbito de eficácia e sua aplicação no tempo e no espaço, marque a alternativa CORRETA.**

A) Em razão do caráter fragmentário do Direito Penal, este deverá ser preferencialmente observado para a solução de conflitos, devendo abranger a tutela do maior número de bens jurídicos possível.

- Erro: A fragmentariedade implica que o Direito Penal deve ser utilizado como *ultima ratio*, não se ocupando com questões que possam ser solucionadas em outros ramos do direito.

B) O princípio da Legalidade obriga a que toda deliberação referente ao Direito Penal, incriminador ou não incriminador, seja feita por meio de lei.

- Erro: O direito penal não incriminador pode ser feito por outras espécies normativas, p.ex: *abolitio criminis* por medida provisória, como no caso do "Estatuto do Desarmamento"

C) O nosso Código Penal, quanto ao tempo do crime, acolheu a teoria do resultado.

- Erro: A teoria adotada é a da atividade, considera-se cometido o crime quando da ação ou omissão (art. 4º do CP).

D) A lei penal nova mais benéfica retroage para abarcar também os fatos ocorridos antes de sua vigência, devendo aplicar-se inclusive aos processos com decisão já transitada em julgado, cabendo ao juízo da execução a sua aplicação.

Correta: Súmula 611 do STF.

Ante tais fundamentos, sou pela manutenção, como resposta certa no gabarito oficial, da opção contida na letra "D".

  
**LUIZ AUDEBERT DELAGE FILHO**  
Examinador de Direito Penal.